



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Universidade e atuais condições de produção do conhecimento

Rosemary Dore Soares

**Como citar:** SOARES, R. D. Universidade e atuais condições de produção do conhecimento. *In:* ROIO, M. D. **A Universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p53-72. DOI: <http://.doi.org/10.36311/2005.85-86738-27-1.p53-72>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# UNIVERSIDADE E ATUAIS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Rosemary Dore SOARES<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

No presente texto, abordo transformações ocorridas na universidade pública durante as últimas décadas do século XX, especialmente as de oitenta e noventa, quando se estruturaram novas condições de trabalho, submetendo as condições de produção e distribuição do conhecimento a critérios empresariais.

Identifico algumas conseqüências da subordinação do trabalho acadêmico a parâmetros de mercado, quando foram intensificados os cortes de verbas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Parto da análise de Gramsci sobre a organização escolar e sobre o processo de diferenciação da escola média (SOARES, 2001), reflexão que foi enriquecida por Santos (1999), ao ampliá-la para o estudo da universidade. A democratização da universidade foi acompanhada pelo estabelecimento de mecanismos para sua diferenciação, não apenas por tipos de cursos oferecidos como também pela hierarquização do saber. Na segunda metade do século XX, ela é submetida a toda sorte de corte orçamentário, condicionando o trabalho acadêmico a adaptar-se a regras do mercado capitalista, o que afeta a liberdade de pesquisa e de produção do conhecimento. Procuo mostrar que, no atual quadro de penúria orçamentária, de concorrência acirrada entre grupos de pesquisadores, de falta de solidariedade e de exclusões de todo tipo, tem aumentado violentamente o estresse de docentes e pesquisadores, bem como de estudantes de pós-graduação, fazendo com que grande parte da produção das universidades públicas seja desenvolvida às custas de *assédio moral, terror psicológico, síndrome de burn-out*.

## DIFERENCIAÇÃO DA UNIVERSIDADE E SUA SUBMISSÃO A CRITÉRIOS EMPRESARIAIS DE AVALIAÇÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DA REFLEXÃO GRAMSCIANA

Na linha de pesquisa na qual venho trabalhando, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, voltada à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, tenho realizado estudos sobre a escola média no Brasil, à luz das reflexões de Gramsci sobre o Estado, a sociedade civil e a escola. No caso da

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Aplicadas a Educação - UFMG.

universidade, considero uma excelente referência o enfoque de Boaventura Santos<sup>2</sup>, no seu livro *Pela mão de Alice* (1997), em que ele procura ampliar, para o ensino superior, a análise feita por Gramsci a respeito da escola clássica de nível médio.

Gramsci se interessou pela questão da escola como um político, cuja maior preocupação era a de educar a classe trabalhadora, para que ela fosse capaz de compreender o seu próprio mundo e o seu papel como construtora da história e, assim, exercer sua hegemonia. Conheceu, em seu tempo, a crise por que passava a escola humanista, cujo objetivo era o de preparar os filhos das classes dirigentes (GRAMSCI, 2001). Tal crise ocorria no contexto mais amplo da crise do Estado liberal, do capitalismo de livre concorrência. A crise da escola era, assim, a crise de um modo de vida. As exigências apresentadas pelo crescente entrelaçamento entre ciência e vida, com a expansão da indústria, da ciência e da técnica, tinham exercido pressões no sentido de redefinir a formação do “dirigente” que, até então, era predominantemente humanista. Isso ocorre no mesmo momento em que as pressões sociais da classe trabalhadora, que se organizara e ganhara forças durante o século XIX, obrigam os grupos dominantes, no final desse século, a redefinir seu projeto de hegemonia. É então que o Estado se amplia, abrindo espaços para a participação social e política das classes subalternas, constituindo-se, então, os sindicatos, os partidos, a escola pública. Ao mesmo tempo em que crescem essas instituições da sociedade civil, os grupos dominantes procuram subordiná-las à sua direção política e cultural.

A crise da escola então hegemônica, a humanista, se dá num contexto de mudanças na organização do trabalho, quando surgem novas tarefas técnicas no âmbito da produção e aumentam as pressões dos trabalhadores pelo acesso à cultura. Começam a surgir, como resposta a essas novas exigências, escolas profissionalizantes, cuja expansão é insistentemente criticada por Gramsci, pois ela só vem aprofundar o dualismo da organização escolar, uma escola para a elite e outra para os filhos dos trabalhadores.

Também a burguesia, através de seus intelectuais, critica o dualismo escolar e formula, no início do século XX, o projeto de escola única (conhecido como escola nova) Esse projeto, contudo, não resolve (e não poderia mesmo resolver) a dicotomia da escola. Ele expressa uma mudança na formação destinada a dirigentes e dirigidos, que mantém a divisão da escola. A formação de dirigentes muda, porque já não podia mais ser caracterizada apenas pela cultura geral e pela eloquência, mas precisaria incorporar também a dimensão técnica,

<sup>2</sup> SANTOS, B. de S. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: \_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice: o social e o político na modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

passando a ser o especialista + o político. Já a formação para as classes subalternas assume uma configuração predominantemente profissional, destinada ao exercício de funções técnicas e instrumentais, na produção industrial. Até então, a preparação de trabalhadores não era objeto da formação escolar de nível médio. O problema que se apresentou para as classes dominantes, no final do século XIX, foi o de responder às pressões populares pelo acesso à cultura e manter, ao mesmo tempo, um tipo de escola para formar seus próprios quadros intelectuais, a elite. Desvendando essa trama política, Gramsci interpreta a multiplicação de escolas profissionalizantes como a “marca social” da escola. Dava aos trabalhadores a ilusão de que estava ocorrendo uma democratização do ensino, mas o seu objetivo era o de diferenciar a organização escolar e, assim, preservar distinções sociais, estratificando-as em “formas chinesas” (GRAMSCI, 2001).

Seguindo a linha de análise de Gramsci sobre a escola média, o professor Boaventura Santos vai mostrar que um caminho bem parecido é seguido pela universidade. Se a diferenciação da escola média, tornando-a dualista, se manifesta no início do século XX, quando tem lugar uma grande expansão da escola pública e gratuita na Europa, a diferenciação da universidade se inicia depois da segunda Guerra Mundial, mas é intensificada na década de sessenta, quando explode a demanda por cursos superiores. O professor português afirma que o modelo de alta cultura da universidade, *locus* de produção do conhecimento científico avançado e destinado à formação de elites,<sup>3</sup> ganha centralidade no século XIX<sup>4</sup> e entra em crise no final desse mesmo século (SANTOS, 1997, p. 193). Isso ocorreu quando o Estado foi se modificando para “compatibilizar, dentro do marco das relações sociais capitalistas, as exigências do desenvolvimento econômico com os princípios filosóficos-políticos da igualdade, da liberdade e da

---

<sup>3</sup> O eixo da dualidade da universidade é, na opinião do autor, a relação entre educação e trabalho, o mundo ilustrado e o mundo do trabalho. É uma dicotomia que vem se transformando desde o capitalismo liberal, mas, a partir do final do século XIX, e especialmente depois dos anos quarenta, instalou-se tanto no campo da educação quanto no do trabalho: a educação geral passou a ser também educação para o trabalho e este, tornando-se trabalho intelectual, qualificado, passou a ser produto da formação profissional. Parafrazeando a análise de Gramsci sobre a escola, Boaventura Santos diz que houve, então, dois tipos de ruptura: a educação cindiu-se entre a cultura geral e a formação profissional, enquanto o trabalho, por sua vez, dividiu-se entre o trabalho qualificado e o trabalho não qualificado (Santos, 1997, p. 196). Nos anos sessenta, as modificações ocorridas na universidade consistiram numa resposta às mudanças na dicotomia trabalho-educação, trazendo para o seu interior a formação profissional e, assim, buscando administrar a contradição advinda da emergência da cultura de massa, ao reforçar a “centralidade na formação da força de trabalho especializada” (SANTOS, 1997, p. 196).

<sup>4</sup> O modelo mais expressivo dessa concepção de universidade, segundo o autor, foi o alemão (a universidade de Humboldt).

solidariedade que subjazem ao projeto social e político da modernidade” (SANTOS, 1997, p. 211).

Na década de sessenta, emerge a cultura de massa, com uma lógica distinta e mais dinâmica, e pressiona o tradicional modelo universitário elitista, o qual perde sua centralidade. Tratando-se de uma contradição que a universidade não consegue superar e que representa a sua crise de hegemonia, sua ação se converte em gerir os conflitos que passa a enfrentar, mediante o que o autor chama de “dispersão de tensões” e que abrange mecanismos de diferenciação da universidade; hierarquização de saberes e sua submissão à lógica empresarial (SANTOS, 1997, p.190).

A explosão das demandas sociais por ensino universitário, na década de sessenta, forçando a abertura da universidade para as classes subalternas, realizou-se por meio dos mecanismos de gestão de contradições. Assim, a universidade procurou incorporar, de forma limitada, grupos sociais que dela estavam excluídos, diferenciando-se internamente, ao oferecer formação profissional, pesquisa aplicada e extensão universitária. Multiplicaram-se as universidades, assumindo novas formas de estratificação e diferenciação, seja com relação ao tipo de conhecimento produzido ou à origem do corpo estudantil. Foi quando surgiram as Faculdades de especialização profissional (engenharias, economia, administração) e as faculdades “culturais” (Letras e Ciências Sociais), bem como os programas vocacionais de duração reduzida. Quanto à pesquisa aplicada, ela vem das exigências de competitividade na área do mercado capitalista, em âmbito internacional, associando ganhos de produtividade e desenvolvimento tecnológico e convertendo a ciência em força produtiva. A extensão, por sua vez, decorre das críticas sociais e políticas ao afastamento da universidade em relação à sociedade, gerando conhecimentos que poderiam servir à solução de problemas do mundo contemporâneo.

Nos anos setenta, com a crise financeira do Estado, a universidade perde ainda mais a centralidade no campo da pesquisa básica – e mesmo sua exclusividade em alguns países. Além disso, acirraram-se as denúncias sobre a queda da qualidade da produção cultural, devido ao crescimento de universidades de massa, que abaixou os níveis de exigências da distribuição da cultura. Depois disso, houve uma reversão no tratamento dado à pesquisa, que envolveu a criação de centros de pesquisa pelas próprias empresas, de centros universitários pelo Estado, com maior flexibilidade, a concentração de recursos financeiros disponíveis em universidades consideradas capazes de realizar investigação e, ainda, o estímulo à captação de recursos externos, não estatais. Se, nos anos sessenta, a universidade começa a fazer pesquisa aplicada, nos anos setenta esta última ganha ênfase nas

investigações e, assim, emerge a questão do relacionamento entre universidade e indústria.

As mudanças na qualidade da produção cultural, a estagnação econômica, a crise de recursos financeiros do Estado, a reestruturação do orçamento na área social e a deterioração de políticas sociais, no quadro das políticas neoliberais, produzem, nos anos oitenta, um retorno ao elitismo da alta cultura e de políticas para promovê-lo que, segundo Boaventura Santos, liquidam as “aspirações democráticas que acompanharam nos anos sessenta as políticas de massificação” (SANTOS, 1997, p. 195).

Dentre os problemas que afetam a vida institucional das universidades, decorrentes dos cortes do orçamento e da desaceleração da atividade industrial, o autor ressalta o estímulo à participação na luta pela produtividade industrial, levando a universidade a se submeter a critérios de avaliação de desempenho que predominam no campo empresarial.

#### A ATUAL SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: MERCANTILIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO E AVALIAÇÃO DE TIPO EMPRESARIAL

No Brasil, embora o surgimento da universidade seja bem mais recente do que na Europa, e também diferente do processo aí desenvolvido, considero que a trajetória que seguimos a partir dos anos sessenta aproxima-se daquela descrita por Boaventura Santos.

Até os anos sessenta, a organização da escola superior no Brasil apresentava uma relativa homogeneidade. Sua função predominante era a de elaborar quadros dirigentes, com uma tônica essencialmente acadêmica.

A grande expansão da demanda social pelo ensino superior verificou-se no final dos anos sessenta<sup>5</sup>, em grande parte porque caíra a legislação que ainda impedia o acesso à universidade de jovens egressos de cursos médios profissionalizantes, os quais, desde os anos cinquenta, tinham se multiplicado enormemente. Para responder às crescentes pressões sociais sobre a universidade, foram adotados aqueles mecanismos de diferenciação da escola superior mencionados por Boaventura Santos, dando lugar aos cursos de engenharia de operação,

---

<sup>5</sup> Com o processo de industrialização do país, iniciado nos anos trinta e ampliado nas décadas posteriores, surgiram novas tarefas técnicas que passaram a exigir da escola superior uma outra função: a de elaborar quadros técnicos, principalmente aqueles descritos como “intermediários” (Ver SOARES, R. D. *Formação de técnicos de nível superior no Brasil: do engenheiro de operação ao tecnólogo*. Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1982).

licenciaturas curtas, formação de tecnólogos. Consistiam em mecanismos que abriam, no nível superior, a dualidade já existente na escola média (SOARES, 1982). Nesse sentido, a escola superior foi ampliada com a diferenciação de suas funções: além da formação de quadros intelectuais para o exercício de funções dirigentes, passou também a preparar quadros técnicos para as tarefas práticas imediatas da produção.

Os programas de formação profissional de curta duração foram acompanhados pela multiplicação de escolas privadas de nível superior, a partir das reformas realizadas, no final dos anos sessenta e durante os anos setenta, para responder a exigências próprias do contexto político autoritário da ditadura militar, quando foram adotadas medidas para garantir a inserção da economia brasileira no quadro do capitalismo monopolista.

Nos anos oitenta, vastos setores da sociedade civil se mobilizaram para participar ativamente dos processos de construção da democracia no país, procurando consolidar garantias para uma sociedade mais justa e democrática na nova carta constitucional. Então, o congresso constituinte contava com parlamentares dos mais diferentes matizes políticos, mas a correlação de forças permitia o avanço de propostas que representavam anseios das maiorias sociais. Nesse contexto, foram estabelecidas importantes conquistas para a educação, como a definição, no orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, de percentuais para serem destinados à educação. Além disso, foi fixada a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.<sup>6</sup>

Nos anos noventa, a partir do governo Collor, vai-se configurando uma nova relação de forças sociais e políticas, quando têm início o processo de discussão e implementação de condições políticas e institucionais para inserir o Brasil na dinâmica do mercado internacional. O governo Fernando Henrique Cardoso deu continuidade e ampliou as políticas iniciadas por Collor para ajustar o país às exigências de globalização da economia, estabelecidas por instituições financeiras e corporações internacionais. Foram introduzidas a reforma do Estado, as privatizações de empresas públicas, a abertura da economia ao mercado externo, a desregulamentação das relações de trabalho num quadro político no qual o executivo desconsiderou a ampla participação das maiorias sociais. Privilegiou, entretanto, outros grupos de interesses que representam o projeto governamental para “modernizar” o país, dentre os quais aqueles representados por organismos internacionais, como o Banco Mundial, que passaram a

---

<sup>6</sup> Ainda nesse contexto mais democrático, foi apresentado o primeiro projeto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.), expressando exigências dos movimentos na área educacional, que, entretanto, não foi aprovado.

orientar a definição de políticas públicas em todas as instâncias da sociedade, particularmente na área de educação.

Aquelas indicações que Boaventura Santos apresenta para as mudanças da universidade na Europa, a partir dos anos setenta, vão se manifestar com maior clareza no Brasil nos anos noventa. A redução da presença do Estado na sociedade, para liberar as forças do mercado, implicou o corte de investimentos na área social, como saúde, educação, moradia, segurança. A limitação da participação do Estado nos serviços públicos e a falta de verbas para manter as atividades na área social, associadas ao congelamento dos salários de professores e técnico-administrativos, têm levado ao literal sucateamento das instituições públicas, particularmente das universidades.

Nesse quadro, o reordenamento da universidade, além de intensificar sua diferenciação, realiza-se a partir de diretrizes que visam ao aumento de sua produtividade, segundo critérios de racionalidade econômica. Desse modo, a relevância das atividades por ela desenvolvidas, como a formação, a pesquisa, a geração de conhecimentos, técnicas e instrumentos de produção e serviços, é condicionada à ampliação do capital.

As políticas governamentais que estimulam a privatização das universidades públicas, definidas pelas estratégias mais amplas do governo para reestruturar o Estado e modernizar a economia, não se têm realizado apenas a partir de "fora". Elas também têm contado com a colaboração ativa de professores que, no cotidiano das universidades públicas, vão contribuindo para uma espécie de "privatização por dentro", solapando os pilares que sustentam a idéia de universidade pública.

A política de privatização "por dentro" tem-se realizado por meio de múltiplas estratégias, que o professor Luiz Humberto Pinheiro, aposentado da Universidade Federal da Bahia, tem denunciado com insistência (PINHEIRO, 1997b, p. 13). Uma delas refere-se ao crescimento de fundações dentro das universidades, que contribuiu para organizar e impulsionar processos dispersos de privatização interna e estabelecer formas mais diretas de relação com o mercado. Na ilusão de que essa forma de organização vai captar mais recursos extra-orçamentários, as universidades são transformadas em local de produção de serviços, em lugar de possível produtora de conhecimento (PINHEIRO, 1997b, p. 69). Outra forma de privatização interna relaciona-se aos contratos com as agências de financiamento à pesquisa. Como bem mostra o professor Pinheiro, "individualmente ou em pequenos grupos", muitos professores com titulação vão se separando do conjunto social dos docentes e da dinâmica coletiva e assumindo para si mesmos relações diretas com o mercado e com as agências financiadoras. Uma das

conseqüências desse tipo de contrato é a gestão privada dos recursos públicos, pois, em geral, não há transparência pública, nem controle social dos contratos com agências financiadoras e empresas (PINHEIRO, 1997b, p. 15). Os bens adquiridos com os recursos públicos são tratados como sendo de propriedade do professor. A apropriação privada e o controle de instrumentos de trabalho intelectual, por uma minoria de professores, expressam poder e privilégios dentro da vida acadêmica, num injusto contraste com a maioria dos docentes. Os organismos que contratam o trabalho produzido nas universidades públicas apropriam-se privadamente do seu sentido, influenciando sobre suas definições, conteúdos e resultados (PINHEIRO, 1997, p. 15).

A mercantilização do conhecimento tem, assim, contado com as próprias forças internas à universidade (PINHEIRO, 1997a, p. 64). Um outro exemplo é dado pela corrida às aposentadorias, iniciada no governo passado, já desde 1995, não obstante a divulgação de que os direitos adquiridos dos funcionários públicos não seriam tocados. Grande parte dos professores, cuja qualificação no exterior foi garantida com recursos públicos, abandonou a universidade pública e hoje compõe o quadro docente de instituições privadas.

As atividades de extensão, por sua vez, têm sido esvaziadas de qualquer sentido, em termos de um permanente intercâmbio com a sociedade civil. Apresentam-se muito mais como venda de serviços, através da oferta de cursos pagos, assessorias e consultorias contratadas, apagando os limites entre as fronteiras do público e do privado e servindo como instrumento para complementar recursos para a manutenção das universidades e salário dos professores.

A privatização interna, como sublinha o professor Pinheiro, leva à fragilização das “práticas sociais compartilhadas, que historicamente dão vida e movimento à cultura universitária”, e à incorporação de valores de mercado, porque desloca a reflexão crítica para o pensamento conformista e a qualidade para o produtivismo quantitativo. Os processos de privatização e as mudanças nas relações sociais do trabalho universitário significam que a universidade está perdendo o seu caráter público, democrático e crítico, ao mesmo tempo em que são fragilizados os seus compromissos sociais e éticos. A privatização externa é auxiliada pela privatização interna. Uma se realiza com o apoio da outra.

Ao diminuir a sua função de mantenedor das instituições públicas e gratuitas<sup>7</sup>, pressionando-as para racionalizar gastos e diversificar suas fontes de financiamento, sobretudo junto ao setor

<sup>7</sup> Atualmente, existem instituições estatais de nível superior cujos produtos e serviços, por serem vendidos, não podem ser caracterizados como públicos e gratuitos (Ver DOURADO, 1997).

privado, o Estado aumenta também a sua função avaliadora, que dá prioridade à relação entre custo e benefício. É o chamado “paradoxo liberal”, o qual tem sido analisado através do conceito de “quase mercado” (AFONSO, 1999). Ao estabelecer parâmetros curriculares e avaliações em nível nacional, o Estado se fortalece como avaliador, controlando objetivos predeterminados. Entretanto, ao divulgar os resultados da avaliação junto à sociedade, estimula mecanismos de mercado<sup>8</sup>. No jogo entre “clientes” (consumidores dos serviços educacionais) e resultados da avaliação, realiza-se a fórmula mais mercado e menos Estado.

No caso da universidade, a avaliação do seu desempenho é a outra face de sua formatação segundo um modelo empresarial, porque passa a ser subordinada a critérios de rentabilidade de investimentos que são próprios do mercado (SANTOS, 1977, p. 215). Por isso, têm sido estabelecidas categorias para avaliar os produtos e os serviços do trabalho acadêmico que implicam reconfigurar o tempo e o espaço acadêmico, bem como as relações de trabalho, de acordo com critérios adotados pela empresa capitalista para atender diferentes clientes e usuários de seus serviços.

Os inúmeros procedimentos hoje existentes para avaliar as atividades dos docentes-pesquisadores e técnicos-administrativos, as instituições de ensino superior, especialmente as universidades públicas, bem como cursos de graduação e de pós-graduação se baseiam, predominantemente, em critérios de quantidade. Além de muitas atividades desenvolvidas pelos professores ficarem fora de qualquer procedimento de avaliação, como as de extensão, formação de pessoal, realização de seminários e palestras, organização de encontros científicos, o critério produtivista e quantitavista tem privilegiado a atividade de pesquisa e a publicação de resultados em revistas indexadas anualmente, nos índices bibliométricos e de citação divulgados pelo *Institute of Scientific Information (ISI)*, bem como os registros de patentes e *softwares*.

Também nesse campo, em que dominam a lógica de mercado e a privatização da universidade pública, existe a colaboração ativa dos

---

<sup>8</sup> Em matéria do jornal *Estado de Minas*, é ressaltada a rejeição dos professores e funcionários da prefeitura de Belo Horizonte à avaliação, aceitando-a apenas se for estabelecido um projeto de lei que impeça o uso de resultados para “punir ou demitir os servidores”; que seja excluída também a nota dos pais e alunos, atribuídas aos professores, como critério para a contagem de pontuação do servidor. O bom desempenho na avaliação vale 5% nos salários. A avaliação está prevista no plano de carreira da educação, adotado em 1966 e deve ser feita a cada 3 anos para que o funcionário receba os 5% de acréscimo no seu salário. “Professores e PBH chegam a acordo”. *Estado de Minas*, 24 de maio de 2003, p. 20.

docentes<sup>9</sup>. E, ao mesmo tempo em que a ênfase dos critérios de avaliação recai sobre a pesquisa e a publicação, paradoxalmente são cortados os orçamentos para a pesquisa<sup>10</sup>. A estagnação salarial, nas instituições federais, soma-se à sobreposição de atividades de pesquisa, ensino, extensão e administração da vida acadêmica. A exigência de produtividade, medida por pesquisa e publicação, lança os professores numa luta insana, sem lhes dar condições efetivas para produzir.

A avaliação de produtividade dos programas de pós-graduação feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), medida dentre outros critérios pelo fluxo de alunos que defendem suas dissertações e teses, tem levado também os professores a outro tipo de angústia. No caso dos cursos de mestrado, aquela instituição estabeleceu o período de dois anos para a produção de dissertações. As enormes dificuldades enfrentadas pelos estudantes para cumprirem esse prazo, indo da revisão bibliográfica, definição e execução de pesquisa de campo até a redação de um texto, mostram a outra face de uma organização universitária baseada em critérios quantitativistas. Mostram os resultados da queda da qualidade dos cursos de graduação, em função da negligência com que esse nível de ensino tem sido tratado nas universidades públicas<sup>11</sup>. Os efeitos do

<sup>9</sup> É o que mostram Afrânio Catani e Luis Gutierrez, quando dizem que, atualmente, a universidade está controlada por colegas “descompromissados com qualquer valor que não seja a eficácia performática e a maximização do próprio saber, numa relação de parceria entre as instituições de financiamento à pesquisa e o chamado ‘alto clero’ acadêmico, em que o resultado final dependerá da pujança da economia como um todo pois, afinal, este é um jogo para (GUTIERRE; CATANI, 1997, p. 128).

<sup>10</sup> O governo supõe, como dizem os professores Erasmo Gomes e Roberto Dagnino, que o salário já inclui um adicional (Dedicação Exclusiva) suficiente para cobrir as atividades de pesquisa. Além disso, o professor universitário não tem uma carreira definida. O topo hoje existente é o nível de adjunto IV para os doutores, pois raramente são abertas possibilidades de concurso para professor titular, o coroamento final. Os autores consideram que o governo (compreendendo as agências de financiamento, as autarquias etc.) acha que o professor já ganha com a Dedicação Exclusiva um adicional para fazer pesquisa. Na condição de gestor e avaliador dos resultados da universidade, não lhe importa se o salário está baixo e se aquele adicional “foi corroído”, não sendo atribuição da agência financiadora pagar-lhe um valor suplementar. A impossibilidade de uma complementação salarial, restringida até mesmo com a escassez de bolsas de produtividade do CNPq [que corresponde a 1/3 dos salários], tem levado à mudança no modo de ver o relacionamento com o setor empresarial, dominante nos anos setenta e oitenta. No caso da UNICAMP, tem havido um aumento do valor dos contratos com a empresa privada que, segundo os autores, “é um resultado da modificação no comportamento dos professores-pesquisadores, derivada mais do expressivo decréscimo nos recursos governamentais, do que de uma atitude pró-ativa da empresa privada” (GOMES; DAGNINO, 2002).

<sup>11</sup> A ausência de concursos públicos e as aposentadorias têm levado à adoção de mecanismos de subcontratação e contratos temporários de trabalho, como professores substitutos, professores visitantes e também a utilização de pós-graduandos para lecionar na graduação, uma atividade relacionada à obtenção de bolsas pelas agências financiadoras.

descuido com os cursos de graduação não aparecem apenas no empobrecimento da qualificação profissional, mas também estão presentes nas dificuldades dos alunos que chegam ao nível de pós-graduação. É significativo o número de dissertações que, além de mal escritas, limitam-se a repetir argumentos ou conceitos de fundamentação frágil, sem uma verificação mais cuidadosa de seus alcances teóricos. É o fenômeno que tenho chamado de *efeito suflê*: a sucessiva repetição de um mesmo argumento, como se isso fosse suficiente para dar validade científica às idéias sustentadas.

A idéia do *efeito suflê* foi inspirada no estudo do sociólogo Sorokin (1964). Procurando fazer o que chama de uma *operação de purificação*, para eliminar os *parasitas* da Sociologia e ciências afins, o autor identificou vários problemas que, se nos anos cinquenta do século passado considerava *novos*, hoje são repetidos à exaustão. Dentre os problemas por ele indicados estão o *surto de amnésia* e o *complexo de descobridor*. O primeiro está ligado ao fato de que a então nova safra de sociólogos e psicólogos, que o autor chama de *Colombos*, desconhecia as grandes descobertas, em suas respectivas áreas, apresentando suas filosofias de gabinete, resultantes de um *complexo descobridor*, como se fossem uma verdade científica. Como resultado do *surto de amnésia*, apropriavam-se de idéias e técnicas de outros autores clássicos e as apresentavam como se fossem próprias. Os *novos doutores* em Sociologia, por sua vez, desconheciam os clássicos da área porque, em sua formação, predominavam textos de introdução à Sociologia, praticamente não saindo desse nível elementar e de fácil leitura, mas que dava ao investigador e professor científico a sensação de que estava bem informado.

Sorokin também menciona um outro grupo de pseudo-pesquisadores, no qual estão presentes duas tendências. Uma delas refere-se a uma fração insignificante de deliberados plagiários, “que são vítimas de ambições que excedem sua potência criadora” (SOROKIN, 1964, p. 37). A outra é constituída por uma maioria do que ele chama de modernos *negociantes de ciência*, os quais se utilizam de técnicas comerciais e de propaganda moderna, a fim de combater o valor do produto de seus competidores, com o objetivo de assegurar seus próprios meios de subsistência, adquirir ascensão em uma universidade e ganhar o prestígio como um notável cientista.

Quanto às técnicas adotadas pelos *novos Colombos*, Sorokin identifica duas delas, que se aproximam do que estou chamando de *efeito suflê*. Uma é a de citar-se mutuamente, especialmente os escritos de amigos, com muito mais freqüência do que os de outras pessoas que não conhecem. Outra é a de usar novos termos para velhos conceitos, dando-lhes supostamente um aspecto de certa originalidade. São

recursos, assinala o autor, que ajudam a vender, especialmente para o público não familiarizado com determinados conhecimentos sobre a ciência, uma velha *mercadoria intelectual* como se fosse nova. O autor também critica as numerosas *desordens de linguagem* produzidas pelos investigadores modernos, que vão de descrições superficiais, tidas como “profundas e originais”, até os neologismos, que impedem uma precisa comunicação e compreensão de idéias e convertem a linguagem da Sociologia moderna numa espécie de jargão, desprovida de elegância e de clareza.

As reflexões de Sorokin, embora feitas na década de cinquenta do século passado, mostram-se extremamente atuais para examinar tendências da produção acadêmica sob o efeito de avaliações de natureza quantitativa e produtivista. Hoje, o *efeito suflê* é comum a pesquisas elaboradas em nível de mestrado porque, aligeiradas que foram no tempo de sua produção, não logram realizar estudos mais aprofundados de conceitos por elas adotados, limitando-se, muitas vezes, a reproduzir exaustivamente fórmulas acriticamente consagradas. Além disso, preocupados em garantir o fluxo de dissertações e teses, fixado pelos órgãos avaliadores como critério de produtividade, os professores se vêem compelidos a ajudar os estudantes a realizarem os seus trabalhos, num nível que, muitas vezes, ultrapassa a orientação do percurso teórico e metodológico de seus respectivos trabalhos.<sup>12</sup>

A compulsão para produzir pesquisas e publicar o maior número possível de artigos tem levado a um empobrecimento do discurso científico e a uma baixa de criatividade na produção do conhecimento. Uma das tristes evidências do empobrecimento é igualmente estampada pelo crescimento do plágio nas produções acadêmicas, problema também denunciado por Sorokin. Hoje, aliás, há o plágio que podemos chamar de “miúdo”, feito por estudantes de graduação e mesmo de pós-graduação, muitos dos quais declaram até desconhecer regras de produção de texto acadêmico e científico. Como ainda não têm uma reflexão própria sobre o tema que estão analisando, acham que não é problema copiar outros autores, mesmo sem usar aspas e outras normas científicas. Há também o plágio “graúdo”, alguns dos quais foram recentemente publicados nos jornais. Um deles foi o da historiadora norte-americana Doris Kearns Goodwin, que foi

---

<sup>12</sup> Muitos professores chegam até mesmo a reescrever os trabalhos de alguns dos alunos sob sua orientação porque estão preocupados em finalizá-los e torná-los minimamente defensáveis publicamente, no período formalmente estabelecido pelas instituições avaliadoras dos programas de pós-graduação, como a CAPES. Assim, trabalham para evitar que a avaliação do programa de pós-graduação em que estão inseridos seja prejudicada. Tudo é feito em nome da “co-autoria”, cuja institucionalização acaba funcionando como elemento acelerador da produção acadêmica, realizada em condições tão precárias.

amplamente divulgado porque ela reconheceu ter copiado trechos de uma biografia anterior, *The Fitzgeralds and the Kennedys*, de 1987, em seu livro *No ordinary times* (traduzido no Brasil como *Tempos muito estranhos* e publicado pela Nova Fronteira, em 2002). A escritora, cujo livro tinha ganhado o prêmio Pulitzer de jornalismo, em 1995, e, por isso, passou a integrar o júri do referido prêmio, em 1999, foi constrangida a abandoná-lo depois de admitir o plágio.<sup>13</sup> Outro, mais recente, foi feito pelo serviço secreto britânico, que montou um dossiê, com 19 páginas, das quais 11 foram copiadas – até mesmo com os erros de ortografia – do trabalho de um pesquisador universitário americano, Al-Marashi, e foi utilizado por Colin Powell para fundamentar graves denúncias contra o Iraque.<sup>14</sup>

Outro aspecto do *efeito suflê* no Brasil, e que também já tinha sido focalizado por Sorokin, refere-se ao estabelecimento de acordos de publicação entre grupos de pesquisa, não só para se citarem mutuamente, como para a assinatura de artigos. Muitas vezes, somente o nome dos autores de um artigo chega a encher duas ou três páginas da publicação (ALVAREZ; VIDAL, 2003, p. 46). Mencionando o problema do produtivismo, a professora portuguesa Rita Delgado<sup>15</sup> apresenta dados, publicados em 1992 pela revista *The Economist*, segundo os quais o químico russo, Yury Struchkov, constou como autor de 948 publicações científicas, entre 1981 e 1990, o que corresponderia à produção de um artigo em cada 3,9 dias. No mesmo período, as 20 pessoas que mais publicaram artigos chegaram a produzir um total de 9.365, o que significa que, em cada 9 horas e 20 minutos, foi produzido um artigo (DELGADO, 1996, p. 534). Os acordos intra-grupos de pesquisadores, para citações mútuas, no sentido de atender a requisitos de contagem de índices bibliométricos, levam ao mesmo problema indicado pelo *efeito suflê*: a repetição não garante a cientificidade de um argumento.

As relações de trabalho também têm se modificado dentro dos grupos de pesquisa, estabelecendo-se hierarquizações em relação tanto às funções dos docentes-pesquisadores quanto às áreas de conhecimento. A área de ciências sociais e humanidades tem sido a mais afetada pelo corte de orçamento público, porque sua produção não pode ser inserida imediatamente nas forças produtivas, como supostamente

---

<sup>13</sup> Cf. SILVA, C. E. L. da. Obra sobrevive às acusações sofridas. Ilustrada. *Folha de São Paulo*, 9 de março de 2002, p. 6.

<sup>14</sup> Cf. SANTAYNA, M. O grupo do Petróleo. *Estado de Minas*, 12 de fevereiro de 2003, p. 9.

<sup>15</sup> DELGADO, R. Ciência e seu controle. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas: CEDES, ano XVII, n. 56, dezembro de 1996, p. 524- 538).

seriam os resultados das *ciências naturais*<sup>16</sup>. A reação no campo das humanidades tem sido a de expandir programas de prestação de serviços na área de extensão, vendendo cursos para a comunidade, às vezes contratados pelo Estado.

Escrevendo em 1984 sobre as relações entre ciência, ética e política, o professor Luís Alfredo Galvão<sup>17</sup> afirmava que a teoria social ainda era uma ciência que poderia ficar sob o controle dos pesquisadores, porque seu próprio desenvolvimento não era possível sem a crítica conceitual, elaboração e reelaboração conceitual. À época, Galvão considerava que esse trabalho, por depender menos de recursos, liberaria a ciência social do controle de agências financeiras, requerendo muito mais a *dedicação apaixonada* pelo saber, de que fala Weber, em *A ciência como vocação* (apud GALVÃO, 1984)<sup>18</sup>. No período em que o referido professor fazia suas reflexões, não estavam ainda explícitos e desenvolvidos os mecanismos de controle e avaliação da produção científica, em toda a universidade, menos ainda no campo das ciências humanas e sociais, como ocorre atualmente. E são justamente os índices de produtividade dos professores, garantidos à custa de uma sobrecarga de trabalho, enorme dedicação e baixos salários, que ainda permitem, mesmo com muitas dificuldades, a obtenção de verbas para realizar um trabalho eticamente comprometido com a sociedade.

A incorporação crescente de concepções de dinamismo e produção segundo um padrão industrial, que estimula o lucro, a concorrência e o segredo para manter vantagens competitivas, impede a livre circulação do debate sobre procedimentos e etapas da investigação científica. O ambiente de trabalho torna-se, assim, uma arena de lutas de todo tipo pelo poder, vindo à tona discriminações as mais variadas entre os sujeitos universitários, que se encontram hierarquizados na instituição.

Esse problema tem sido identificado em estudos (Alvarez; Vidal, 2003) sobre o trabalho docente, envolvendo também estudantes de pós-graduação (POURMIR, 1998), e, se não é um fenômeno novo, é

---

<sup>16</sup> Entretanto, o estudo de Sandra Brisolla e outros (1979, p. 194-195), realizado na Universidade de Campinas, no período entre 1982 e 1995, mostra que ali não se verificava, praticamente, convênios com empresas, porque estas se interessam mais por importação de tecnologia e não por investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que no Brasil são baixíssimos. As verbas ainda provinham de empresas estatais ou do próprio governo, a despeito das privatizações e dos cortes orçamentários (Ver BRISOLLA et al, 1977).

<sup>17</sup> GALVÃO, Luís Alfredo. Ciência, ética e política. *Educação e Sociedade*, n.º 18, São Paulo: CEDES, agosto de 1984, p. 68-89.

<sup>18</sup> WEBER, Max. A ciência como vocação. In: \_\_\_\_\_. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, [19—] apud GALVÃO, Luís Alfredo. Ciência, ética e política. *Educação e Sociedade*, n. 18, São Paulo, AGO 1984.

nova a sua ampliação na área acadêmica. Entretanto, somente recentemente ele começa a ser também objeto de pesquisa no Brasil, como a do bioquímico Leopoldo de Meis (com um grupo de colaboradores), que estudou o comportamento dos integrantes do próprio programa de pós-graduação em bioquímica do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde trabalha. Os resultados de sua investigação<sup>19</sup> mostraram que, não obstante a falta de recursos para o financiamento da pesquisa, no Brasil, 90% dos trabalhos brasileiros indexados de 1997 a 2001 foram produzidos em instituições públicas, sobretudo universidades (80% do total), e, em sua maioria tendo como autores estudantes de pós-graduação.

Contudo, as dificuldades para a obtenção de recursos<sup>20</sup> e as pressões por publicações em revistas indexadas, que têm ocupado o lugar de uma defesa de tese, têm produzido grandes sofrimentos nos estudantes, gerando o problema que Meis identificou como síndrome “burn-out”:

Essa síndrome é encontrada em todas as atividades que exigem um grande envolvimento do indivíduo com o trabalho. É uma das conseqüências mais marcantes do estresse profissional e se caracteriza por exaustão emocional, autodepreciação, depressão, insensibilidade com relação a quase tudo e todos, comportamento agressivo e irritadiço e tendência, segundo especialistas, ao uso excessivo de drogas (álcool e outras) (MEIS, 2003).

O fato de que 21% das pessoas pesquisadas no trabalho conduzido por Meis precisaram, pelo menos uma vez, de atendimento psiquiátrico ou terapia psicológica, permitiu-lhe concluir “O crescimento da ciência brasileira se dá graças a um enorme desgaste emocional das pessoas envolvidas e que não têm o menor poder de pressão, pois são minoria, ilhas com dificuldade de comunicação dentro das próprias universidades em que atuam e dentro da comunidade universitária em geral” (MEIS, 2003).

O problema detectado por Meis já é expressão de um trabalho que se organiza de acordo com a lógica empresarial, segundo critérios

<sup>19</sup> As conclusões desse levantamento foram apresentadas por Meis na conferência *O crescimento da pesquisa, fontes de financiamento e estresse na comunidade científica*, no dia 15 de abril de 2003, no IEA/USP.

<sup>20</sup> Como exemplo, Meis informou sobre os dados que obteve de um comitê de avaliação do CNPq: foram solicitados 437 auxílios; o comitê identificou 267 projetos como merecedores de recursos, mas só havia dinheiro para 20 deles. “Foi preciso criar critérios, como o impacto das revistas onde o solicitante publicou, o número de publicações, dentre outros.” (MEIS, Leopoldo. *O crescimento da pesquisa, fontes de financiamento e estresse na comunidade científica Informativo do Instituto de Estudos Avançados da USP*, nº 71, 2003).

de eficácia e competitividade, levando também a uma profunda diferenciação e hierarquização dos sujeitos universitários. Ao lado das *ilhas* isoladas de pesquisa, convivem ainda não apenas estudantes de pós-graduação, mas também muitos professores que, na guerra competitiva do *salve-se quem puder*, são excluídos, isolados, não têm acesso a recursos e também entram em depressão.

Gostaria de chamar a atenção para a exigência de estudarmos com maior atenção o fenômeno do estresse que começa a ser identificado nas relações de produção do conhecimento, pois já existem estudos avançados sobre esse problema nas organizações empresariais, por causa da reestruturação produtiva e da violência com que têm sido modificadas as relações de trabalho. Agora, passam a se manifestar também nas organizações culturais, como as universidades públicas, reorganizadas com base em interesses que lhe são estranhos.

A síndrome de *burn-out*, identificada pelo professor Meis, tem sido analisada em estudos mais avançados sobre o problema do estresse nas empresas, sendo também chamada de psicoterror, *mobbing*, *assédio psicológico* ou *assédio moral*<sup>21</sup> e pode-se manifestar de diferentes formas. Está ligada tanto a problemas de auto-confiança como a outras manifestações de baixa auto-estima e a doenças físicas graves, como distúrbios cardíacos, endócrinos e digestivos. O *assédio moral* costuma ser praticado tanto dentro de relações hierárquicas entre um chefe e seu subordinado como entre colegas de um mesmo nível hierárquico. As pessoas que são objeto de “assédio moral” são progressivamente isoladas pelos colegas e acabam, paradoxalmente, se sentindo culpadas pelo assédio e achando que o merecem. A destruição da identidade e da auto-estima da pessoa torna ainda mais difícil a sua autodefesa, porque a sua dignidade é afetada, ficando mais fácil destruí-la.

Os estudiosos do assédio moral consideram que as pressões no sentido de aumentar a produtividade do trabalho não seriam, em si mesmas, assédio moral, mas podem se transformar em tal síndrome, quando aumentam as situações de rivalidade no trabalho, o que passa a se verificar também em organizações públicas, que não visam ao lucro, mas têm exigido progressivamente um aumento da produtividade dos trabalhadores.

---

<sup>21</sup> Cf. HIRIGOYEN, M.F. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002. HIRIGOYEN, M. F. *A tirania nas relações de trabalho* Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Sarzedo e Ribeirão das Neves. Belo Horizonte, novembro de 2002, 27 p., bem como o informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estuda a saúde mental no trabalho na Alemanha, Estados Unidos, Finlândia, Polônia e Reino Unido *Aumentan los costos del estrés en el trabajo y la incidencia de la depresión es cada vez mayor*, Martes 10 de octubre de 2000 (OIT/00/37).

Um aspecto importante para o qual os pesquisadores têm chamado a atenção é o de que o assédio moral está relacionado às políticas de gestão da empresa, que permitem a difusão de procedimentos de terror psicológico ou então se omitem em relação ao problema, porque empresas e organizações estão cada vez mais indiferentes ao bem-estar das pessoas, no trabalho. Como querem evitar conflitos sociais e também não querem greves, estimulam os trabalhadores a dar a impressão de estarem satisfeitos, evitando que se queixem e demonstrem insatisfação no local de trabalho. Por causa disso, os trabalhadores tendem a esconder os problemas, fazendo todo o possível para não dar visibilidade às suas dificuldades (HIRIGOYEN, 2002). Isto também custa caro para a empresa e para a sociedade, porque os trabalhadores ficam doentes e impedidos de trabalhar, gerando grande desmotivação e, conseqüentemente, perda de produtividade.

Se levarmos em conta que o assédio moral se vincula à gestão da empresa e que a universidade pública é gerida pelos próprios professores, a questão do estresse emocional, os procedimentos de humilhação e desqualificação dentro do ambiente acadêmico não podem ser escondidos, abafados. Trata-se de uma questão política e é sob o enfoque das relações de poder, no âmbito do trabalho de docência e pesquisa, que precisa ser examinada.

Por isso, considero que a crítica do professor Pinheiro aos mecanismos de privatização interna da universidade, conduzidos pelos próprios docentes, precisa ser seriamente levada em conta, se quisermos reagir ao crescente esvaziamento do significado social e político da universidade, do seu compromisso ético diante da sociedade.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para exercer o seu papel social, a universidade pública precisa ser autônoma, o que vem sendo objeto de suas lutas desde o seu surgimento. E o problema que hoje está em jogo, como assinala o professor Boaventura Santos, é a submissão da lógica institucional da universidade à lógica empresarial<sup>22</sup>, que é ilustrativa da crise de hegemonia da universidade (SANTOS, 1997, p. 218). A introdução da lógica empresarial na universidade subordina a avaliação de seus resultados aos objetivos de mercado, seus curtos prazos etc. Com isso, o professor-pesquisador perde o controle sobre o seu próprio trabalho,

---

<sup>22</sup> No bojo das transformações do capitalismo, o conhecimento tem assumido um papel central para modernizar a produção industrial, tornando-a mais competitiva no mercado. A tese é a de que, quando o conhecimento é agregado ao valor de um produto ou de um serviço, este valor aumenta substancialmente. Por isso, a produção de conhecimentos deve ter em vista sua incorporação à economia, dando forma ao que é chamado de "capitalismo intelectual" (Ver KESSELS, J., 1997).

os fins da sua pesquisa, e a produção do conhecimento se converte em mercadoria. A universidade, por sua vez, perde a *titularidade da avaliação* (SANTOS, 1997, p. 219), o que está diretamente em confronto com a sua autonomia. Manter a titularidade da avaliação é ter o controle dos critérios que orientam o julgamento do desempenho da universidade, tanto relativos aos critérios quanto aos produtos dela esperados. Ao perder a titularidade da avaliação, a universidade pública perde também a possibilidade de exercer sua autonomia.

Ensino, pesquisa e extensão não constituem os “fins” da universidade pública. São apenas meios, através dos quais ela pode realizar os seus objetivos. Por isso, é preciso definir, junto à sociedade, as atribuições da universidade no campo da produção e distribuição do conhecimento, de modo a preservar o seu compromisso ético com as maiorias sociais, pois são elas que ainda sustentam a própria idéia de uma universidade pública e gratuita.

#### REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 69, p. 139-164, dez. 1999.
- ALVAREZ, D.; VIDAL, M., Reflexões sobre a avaliação da produção acadêmica. *Caminhos: Revista da Associação Profissional dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 22, p. 35-49, 2003.
- BRISOLLA, S. et al. As relações universidade-empresa-governo: um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano 18, n. 61, p. 187-209, dez. 1997.
- DELGADO, R.. Ciência e seu controle. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano 17, n. 56, p. 524-538, dez. 1996.
- DOURADO, L. F. Banco Mundial e as transformações na política educacional. *Fragmentos de Cultura*, v. 8, n. 5, p. 1143-1153, set/out. 1997.
- GALVÃO, L. A. Ciência, ética e política. *Educação e Sociedade*, Campinas, n.18, p. 68-89, ago. 1984.
- GOMES, E.; DAGNINO, R.. *O aumento da relação da UNICAMP com a empresa privada: quem procura quem?* Campinas, 2002. não publicado.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2001.
- GUTIERREZ, G. L.; CATANI, A.M. Universidade e produção de conhecimento na pós-modernidade. In: CAI, A.M. (org.). CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA NO LIMAR DO SÉCULO XXI, 1997, Recife, *Anais...* 1997. p. 117-128.
- HIRIGOYEN, M. F. *A tirania nas relações de trabalho*: Contagem, Ibité, Sarzedo e Ribeirão das Neves. Belo Horizonte: Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte: novembro de 2002a. 27 p.

HIRIGOYE, M. F. *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002b.

INFORME de la OIT estudia la salud mental en el trabajo en Alemania, Estados Unidos, Finlandia, Polonia y Reino Unido Aumentan los costos del estrés en el trabajo y la incidencia de la depresión es cada vez mayor. Martes 10 de octubre de 2000 (OIT/00/37).

KESSELS, J. W. M. A produtividade do conhecimento. In: CASALI, A. et al. (Org.). *Educação e empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 209-224.

MEIS, L. O crescimento da pesquisa, fontes de financiamento e estresse na comunidade científica. *Informativo do Instituto de Estudos Avançados da USP*, n. 71, 2003.

PINHEIRO, L. H. A universidade pública brasileira e seus impasses na atualidade. *Caminhos: Revista da Associação dos Docentes da UFMG*, Belo Horizonte, n. 14, p. 59-79, jun. 1997a.

\_\_\_\_\_. Alterações das práticas acadêmicas e do trabalho na universidade pública brasileira. *Universidade e Sociedade*, Brasília, Ano 7, n. 13, p. 13-22, jul. 1997b.

POURMIR, I. *Jeune chercheur souffrance identitaire et désarroi social*. Paris : L'Harmattan, 1998.

PROFESSORES e PBH chegam a acordo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 de maio de 2003, p. 20.

SANTAYNA, M. O grupo do petróleo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 fev. 2003. p. 9.

SANTOS, B. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, C. E. L. da. Obra sobrevive às acusações sofridas. *Folha de São Paulo*, 9 mar. 2002. Ilustrada, p. 6.

SOARES, R. D. *Gramsci, o Estado e a escola*. Ijuí: Unijuí, 2000.

\_\_\_\_\_. La scuola unitaria oggi: il caso brasiliano. *Revista Critica Marxista*, Editori Riuniti, Roma, n. 2/3, p. 62-68, maggio 2001.

\_\_\_\_\_. *Formação de técnicos de nível superior no Brasil: do engenheiro de operação ao tecnólogo*. 342 fls. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1982.

SOROKIN, P. *Achaques y manias de la sociologia moderna y ciencias afines*. Madrid: Aguilar, 1964. Original inglês: *Fads and faibles in modern sociology and related sciences*. Chicago : Henry Regnery Company, 1956.